

Vivências pedagógicas em instituição social de Piripiri-Piauí

Educational Experiences at a Social Institution in Piripiri-Piauí

Experiencias pedagógicas en una institución social de Piripiri-Piauí

DOI: 10.5281/zenodo.21996801

Recebido: 15 ago. 2026.

Aprovado: 17 ago. 2026.

Helyelda Salazar Alves

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Piripiri – Piauí, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-2483-7702>

E-mail: helyeldaa@gmail.com

Maria Jailda Gabriel dos Santos

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Piripiri – Piauí, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-5448-5949>

E-mail: mariajailda.gs@gmail.com

Francisca Rocha da Silva

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Piripiri – Piauí, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-6824-6431>

E-mail: fran.rochas15@gmail.com

Josiele Raiane de Lima Carvalho

Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Piripiri – Piauí, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-5443-4636>

E-mail: Josymelo1409@gmail.com

Maria do Socorro da Costa Ferreira

Licenciatura em Pedagogia

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Piripiri - Piauí, Brasil

E-mail: socorrinhajbpi@hotmail.com

Helvia Cristine Moreira Cruz Alves

Assistente Social

Secretaria Municipal de Assistência, Trabalho e Desenvolvimento Social – Setas

Piripiri – Piauí, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-3424-3987>

E-mail: cristinecruzalves@gmail.com

Juliana Oliveira Araújo

Professora Mestra do curso de Licenciatura em Pedagogia (2026)

Universidade Estadual do Piauí - UESPI Campus Piripiri

Piripiri – Piauí, Brasil

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0636-8143>

E-mail: oliara.juliana@gmail.com

RESUMO

A formação do pedagogo contemporâneo transcende os espaços escolares, contemplando diferentes contextos educativos que contribuem para o desenvolvimento profissional e humano dos futuros docentes. Os espaços não escolares constituem importantes ambientes formativos, no âmbito da assistência social, ao articular teoria e prática e ampliar a compreensão acerca das diversas áreas de atuação do pedagogo. O objetivo deste estudo consistiu em apresentar as experiências vivenciadas durante a prática pedagógica desenvolvida na instituição social e refletir sobre suas contribuições para a formação docente dos graduandos em Pedagogia. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e relato de experiência. A coleta de dados ocorreu mediante observação das atividades realizadas na instituição, sendo os dados analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que a experiência na instituição social propicia a atuação do pedagogo para além do contexto escolar, o que estimula o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, à organização de atividades socioeducativas, à comunicação e à intervenção pedagógica em contextos de vulnerabilidade social. Logo, compreende-se que a prática pedagógica em espaços não escolares constitui uma experiência formativa significativa, capaz de ampliar os conhecimentos teóricos e práticos dos futuros pedagogos, fortalecendo sua atuação profissional e evidenciando a relevância da educação como instrumento de inclusão social, cidadania e garantia de direitos.

Palavras-chave: Pedagogia não escolar. Centro de Referência de Assistência Social. Formação docente. Prática pedagógica. Pedagogia Social.

ABSTRACT

The training of contemporary educators extends beyond school settings, encompassing various educational contexts that contribute to the professional and personal development of future teachers. Non-school settings serve as important learning environments within the field of social work, as they integrate theory and practice and broaden understanding of the diverse areas in which educators work. The objective of this study was to present the experiences gained during the teaching practicum conducted at the social institution and to reflect on their contributions to the teacher training of undergraduate students in Education. This is an applied study with a qualitative approach and exploratory and descriptive objectives, conducted through literature review, field research, and experience reports. Data were collected through observation of the activities carried out at the institution, and the data were analyzed using content analysis. The results showed that experience in social institutions enables educators to work beyond the school setting, which fosters the development of skills related to planning, organizing socio-educational activities, communication, and pedagogical intervention in contexts of social vulnerability. Therefore, it is clear that pedagogical practice in non-school settings constitutes a meaningful formative experience, capable of broadening the theoretical and practical knowledge of future educators, strengthening their professional practice, and highlighting the relevance of education as a tool for social inclusion, citizenship, and the guarantee of rights.

Keywords: Non-school pedagogy. Social Assistance Reference Center. Teacher education. Pedagogical practice. Social pedagogy.

RESUMEN

La formación del pedagogo contemporáneo trasciende los espacios escolares y abarca diferentes contextos educativos que contribuyen al desarrollo profesional y humano de los futuros docentes. Los espacios no escolares constituyen

entornos formativos importantes, en el ámbito de la asistencia social, al articular la teoría y la práctica y ampliar la comprensión sobre las diversas áreas de actuación del pedagogo. El objetivo de este estudio consistió en presentar las experiencias vividas durante las prácticas pedagógicas desarrolladas en la institución social y reflexionar sobre sus aportaciones a la formación docente de los estudiantes de Pedagogía. Se trata de una investigación aplicada, de enfoque cualitativo, con objetivos exploratorios y descriptivos, desarrollada mediante investigación bibliográfica, investigación de campo y relato de experiencias. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante la observación de las actividades realizadas en la institución, y los datos se analizaron mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados pusieron de manifiesto que la experiencia en la institución social propicia la actuación del pedagogo más allá del contexto escolar, lo que estimula el desarrollo de competencias relacionadas con la planificación, la organización de actividades socioeducativas, la comunicación y la intervención pedagógica en contextos de vulnerabilidad social. Por lo tanto, se entiende que la práctica pedagógica en espacios no escolares constituye una experiencia formativa significativa, capaz de ampliar los conocimientos teóricos y prácticos de los futuros pedagogos, reforzando su actuación profesional y poniendo de manifiesto la relevancia de la educación como instrumento de inclusión social, ciudadanía y garantía de derechos.

Palabras-clave: Pedagogía no escolar. Centro de Referencia de Asistencia Social. Formación del profesorado. Práctica pedagógica. Pedagogía social.

1. INTRODUÇÃO

A formação do pedagogo contemporâneo amplia-se para além dos espaços escolares ao contemplar diferentes contextos educativos que contribuem para o desenvolvimento profissional e humano dos futuros docentes. Nesse cenário, os espaços não escolares são ambientes de aprendizagem que articulam teoria e prática, aumentam a compreensão acerca das múltiplas expectativas de atuação do profissional da Pedagogia.

A prática pedagógica desenvolvida em instituições sociais, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), auxiliam na absorção de experiências formativas que colaboram para a construção da identidade profissional do pedagogo, ao mesmo tempo em que promovem ações educativas voltadas à inclusão social, à cidadania e à garantia de direitos. Essas experiências possibilitam aos graduandos compreenderem a dimensão social da educação e o papel do pedagogo em diferentes contextos de atuação.

De acordo com Libâneo (2001), a Pedagogia constitui o campo do conhecimento que se dedica ao estudo sistemático da educação e das práticas educativas enquanto componentes fundamentais da vida social. Para o autor, a educação está presente em todos os espaços da sociedade, não se restringindo ao ambiente escolar, o que amplia o campo de atuação do pedagogo. Nessa mesma perspectiva, Kochhann (2021) destaca que a Pedagogia não escolar se diferencia da escolar por ocorrer em contextos distintos da sala de aula, sem perder seu caráter educativo e formativo.

Dentre os espaços não escolares, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública integrante da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinada à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios. Sua atuação

fundamenta-se no desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e das famílias, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e na promoção do acesso aos direitos sociais e de cidadania (Brasil, 2009). Nesse contexto, a atuação pedagógica assume papel relevante ao contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas, na formação cidadã e na autonomia dos sujeitos atendidos.

Ao considerar a relevância dessas experiências para a formação inicial do pedagogo, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a prática pedagógica em espaços não formais, com destaque para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), auxilia no desenvolvimento da formação docente dos graduandos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Piripiri?

Diante dessa problemática, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as experiências vivenciadas durante a prática pedagógica desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e refletir sobre as contribuições dessa experiência para a construção da formação docente dos graduandos em Pedagogia.

A realização deste estudo justifica-se, a priori, no âmbito pessoal, por permitir a reflexão acerca das experiências e aprendizagens adquiridas durante a prática pedagógica, contribuindo para o fortalecimento da identidade profissional e para a compreensão das diversas possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares.

No aspecto social, a pesquisa é relevante por evidenciar a importância das ações desenvolvidas pelo CRAS na promoção da cidadania, da inclusão social e do fortalecimento dos vínculos comunitários, ao destacar a contribuição da prática pedagógica para o atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Quanto à justificativa acadêmica, o estudo amplia as discussões sobre a formação do pedagogo em espaços não escolares, ao ressaltar a importância da articulação entre teoria e prática na formação inicial docente. Além disso, viabiliza a produção de conhecimentos acerca da atuação pedagógica em contextos socioeducativos, ao ressaltar os estudos relacionados à Pedagogia Social e evidenciar os processos educativos desenvolvidos no âmbito da assistência social.

O trabalho caracteriza-se como um relato de experiências a despeito das vivências e observações realizadas durante a prática pedagógica no CRAS. O estudo busca descrever as experiências vivenciadas na rotina institucional, compreender as ações socioassistenciais desenvolvidas pela instituição e analisar suas contribuições para a população atendida e para a formação acadêmica dos graduandos. Desse modo, pretende evidenciar a relevância dos espaços não escolares como ambientes formativos capazes de ampliar

os conhecimentos teóricos e práticos dos futuros pedagogos, fortalecendo sua atuação profissional em diferentes contextos educativos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A atuação do pedagogo em espaço não escolar

A Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 20026 conhecida por Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação compreende os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Esse entendimento amplia o campo de atuação da Pedagogia e a relevância das práticas educativas em espaços não escolares. Brandão (2007) afirma que a educação existe mesmo onde não há escola, ocorrendo por meio de redes e estruturas sociais responsáveis pela transmissão de saberes entre gerações.

Da mesma forma, Libâneo (2009) destaca que os processos educativos perpassam toda a sociedade, abrangendo dimensões formais, informais e não formais da educação. Assim, a educação acontece em diversos contextos sociais, como famílias, comunidades, movimentos sociais, organizações e instituições de atendimento à população.

Nesse cenário, a Pedagogia Social surge como um importante campo das Ciências da Educação, voltado para a inclusão, a transformação social e o desenvolvimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Segundo Caliman (2011), ressalta que a Pedagogia Social, no contexto brasileiro, é uma área integrante das Ciências da Educação voltada à compreensão e ao desenvolvimento da sociabilidade humana. Sua essência está na educação social de indivíduos inseridos em contextos históricos e sociais específicos, com destaque para àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade.

Sua atuação ocorre, sobretudo, em espaços onde as instituições formais de ensino não conseguem alcançar as demandas existentes, desenvolvendo ações educativas e de apoio destinadas a pessoas em situação de dificuldade, com destaque para crianças, adolescentes e jovens que vivenciam a insuficiente garantia de suas necessidades e direitos fundamentais.

A origem da Pedagogia Social está associada à busca por soluções educativas para problemas sociais. Conforme Müller e Rodrigues (2011), muito antes da consolidação do termo, educadores como Juan Luis Vives, Johann Amos Comenius, Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Fröbel já desenvolviam práticas voltadas ao enfrentamento da pobreza e de outras formas de exclusão social, tornando-se pioneiros da perspectiva pedagógico-social. Assim, a Pedagogia Social caracteriza-se como um campo que reconhece a educação como instrumento de transformação social e promoção da cidadania.

Dessa forma, busca promover oportunidades educativas mais justas, fortalecer vínculos comunitários e favorecer a inclusão de grupos marginalizados. Trata-se de uma importante ferramenta para a construção de uma sociedade mais equitativa, comprometida com a garantia de direitos e com o desenvolvimento humano integral.

A crescente complexidade das demandas sociais e educacionais estabelece o aumento dos espaços de atuação profissional do pedagogo. Schimtz (2013) destaca que o pedagogo contemporâneo deixa de ser apenas o profissional vinculado à escola para assumir o papel de agente de transformação social, para atuar de forma ampla e diversificada em diferentes contextos formais e não formais. Essa realidade exige profissionais multifacetados, capazes de desenvolver ações educativas em variados ambientes.

Rodrigues e Oliveira (2024) ressaltam que as transformações no sistema educacional e nas demandas sociais têm suscitado reflexões sobre a atuação dos pedagogos sociais em espaços não escolares. Entre esses espaços destacam-se igrejas, associações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs), fundações, empresas e instituições da assistência social, onde a educação assume características próprias voltadas ao fortalecimento da cidadania, da autonomia e da participação social.

Souza (2021) argumenta que a formação inicial em Pedagogia deve dialogar com as demandas contemporâneas dos diversos espaços sociais, preservando a reflexão acerca da identidade profissional do pedagogo e de sua natureza epistemológica. Essa necessidade está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia que atribuem ao profissional a responsabilidade de atuar em espaços escolares e não escolares ao promover processos de aprendizagem, identificar problemas socioculturais e contribuir para a superação das diversas formas de exclusão social (Brasil, 2005).

Ademais, compreender a Pedagogia como um campo de produção de conhecimentos implica reconhecer sua articulação com demandas provenientes de diferentes áreas de atuação, muitas das quais, historicamente, não eram associadas ao trabalho do pedagogo. Essa perspectiva contribui para superar a concepção da Pedagogia restrita ao ambiente escolar, ampliando suas possibilidades de intervenção e favorecendo a inserção do profissional em novos espaços e contextos educativos (Carvalho; Silva, 2020).

Conforme evidencia Souza (2021), os campos de atuação do pedagogo vão além da docência, abrangendo empresas, hospitais, órgãos públicos, organizações não governamentais, programas educativos, educação a distância, museus, editoras e organismos internacionais.

Entre os diversos espaços não escolares, destaca-se a Assistência Social, especialmente por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Segundo Monteiro e Costa (2017), o pedagogo atua nesse contexto desenvolvendo atividades educativas, coordenando projetos e organizando intervenções em

conjunto com equipes multiprofissionais compostas por psicólogos, orientadores sociais e outros profissionais, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento dos usuários atendidos.

No âmbito do CRAS são ofertados serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), orientações sobre benefícios socioassistenciais, acompanhamento familiar e encaminhamentos para outras políticas públicas, incluindo saúde, educação e trabalho. Dessa forma, o CRAS constitui a principal porta de entrada da assistência social, contribuindo para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida da população atendida (Brasil, 2015).

Além disso, a instituição atua de forma preventiva para evitar o agravamento de situações de vulnerabilidade social, como violência, negligência e exclusão, ao mesmo tempo em que viabiliza a convivência familiar e comunitária e assegura o acesso aos direitos sociais (Brasil, 2009).

Nesse contexto, a Pedagogia Social assume papel fundamental, pois utiliza a educação como instrumento de emancipação humana e transformação social. Rodrigues e Oliveira (2024) ratificam que a educação em espaços não escolares possui a função de promover uma cidadania ética, participativa e comprometida com o coletivo. Sua finalidade consiste em auxiliar nos processos de conscientização, autonomia e participação social, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa perspectiva alinha-se às reflexões de Freire (1987), que critica a educação bancária por limitar a capacidade crítica dos sujeitos e defende uma prática educativa libertadora, capaz de promover a reflexão sobre a realidade e a transformação social.

Neste cenário, Gentil e Costa (2011) alertam que, embora a educação seja influenciada pelas demandas do mercado e pelas exigências do sistema capitalista, ela não deve restringir-se à formação para o trabalho, todavia, deve contribuir para a formação crítica e cidadã dos indivíduos.

Portanto, a Pedagogia em espaços não escolares propicia a promoção da inclusão social, da cidadania e da transformação da realidade. Ao atuar junto a grupos em situação de vulnerabilidade, no âmbito da assistência social, o pedagogo contribui para a garantia de direitos, o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva.

Nessa perspectiva, a atuação do pedagogo em espaços não escolares também se relaciona com os princípios estabelecidos pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, documento adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados à construção de sociedades mais justas, inclusivas, equitativas e sustentáveis. A Agenda 2030 reconhece a educação como elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento humano, da redução das desigualdades e da garantia dos direitos sociais. (ONU, 2020).

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionam-se à atuação pedagógica em contextos socioeducativos, o ODS 4 – Educação de Qualidade, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos; o ODS 10 – Redução das Desigualdades, que busca promover a inclusão social, econômica e política dos indivíduos; e o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que incentiva a construção de sociedades pacíficas, inclusivas e comprometidas com a garantia dos direitos humanos. (ONU, 2020).

Nesse contexto, as ações desenvolvidas pela Pedagogia Social contribuem para a concretização desses objetivos, uma vez que estimulam o acesso ao conhecimento, propicia a cidadania, incentivam a participação social e a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Ao atuar em instituições como o CRAS, o pedagogo participa de processos educativos voltados à garantia de direitos, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à promoção da autonomia dos sujeitos, aspectos que se relacionam às metas propostas pela Agenda 2030.

Dessa forma, a atuação pedagógica em espaços não escolares ultrapassa a dimensão educativa tradicional, assumindo também um compromisso social com a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e sustentável. Ao promover ações voltadas ao desenvolvimento humano, à equidade social e à inclusão, o pedagogo colabora para a efetivação dos ODS e para a consolidação de políticas públicas comprometidas com a transformação social e a melhoria da qualidade de vida da população.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa alinham-se à classificação proposta por Prodanov e Freitas (2013), que considera a natureza da pesquisa, seus objetivos, os procedimentos técnicos adotados e a abordagem do problema investigado. Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada que tem por finalidade gerar conhecimentos voltados para a solução de problemas específicos, contribuindo diretamente para a prática e para a realidade social investigada (Prodanov; Freitas, 2013).

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição social com o propósito de compreender e analisar as práticas educativas realizadas nesse espaço de educação não escolar. Além de possibilitar a observação das ações desenvolvidas pela equipe técnica e pelos colaboradores da instituição, a pesquisa buscou identificar as contribuições das atividades socioeducativas para os usuários atendidos, bem como nossa colaboração com as ações desenvolvidas no local.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. A primeira busca proporcionar maior aproximação com o objeto de estudo, favorecendo a compreensão das práticas educativas desenvolvidas no contexto do CRAS. De acordo com Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como

finalidade tornar o problema mais explícito e ampliar a compreensão sobre determinado fenômeno, permitindo a construção de reflexões acerca da realidade investigada. A segunda visa proporcionar mais informações sobre o tema estudado, contribuindo para sua delimitação e melhor compreensão (Prodanov; Freitas, 2013).

Além disso, a pesquisa apresenta caráter descritivo, buscou-se observar, registrar e descrever as características das atividades socioeducativas desenvolvidas pela instituição, sem interferir na realidade observada. Prodanov e Freitas (2013) destacam que a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e relato de experiência. A primeira elaborada a partir de materiais já publicados que permite ao pesquisador o contato com diferentes produções sobre o tema investigado (Prodanov; Freitas, 2013). A construção da fundamentação teórica do estudo abrange temas relacionados à pedagogia não escolar, à assistência social e às práticas socioeducativas.

A segunda tem por objetivo obter informações e conhecimentos sobre determinado problema por meio da observação dos fatos tal como ocorrem na realidade, possibilitando a coleta e análise de dados relevantes para o estudo (Lakatos; Marconi, 2017). Ocorreu por meio da observação das atividades desenvolvidas no CRAS durante o período de acompanhamento.

O relato de experiência constituiu outro procedimento importante para a pesquisa, permitindo registrar e refletir sobre as vivências, aprendizagens e desafios observados durante a atuação no campo investigado. Esse procedimento propiciou uma análise mais próxima da realidade estudada, para facilitar a compreensão das práticas educativas desenvolvidas no ambiente institucional.

No que se refere à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa em que o ambiente é a principal fonte de obtenção dos dados. O pesquisador estabelece contato direto com o contexto investigado e com o objeto de estudo, o que demanda uma atuação mais intensa e aprofundada no trabalho de campo. (Prodanov; Freitas, 2013). Assim, buscou-se compreender os significados, as práticas e as experiências vivenciadas no contexto estudado, valorizando a interpretação dos fenômenos observados e a reflexão sobre a atuação pedagógica em espaços não escolares.

Para a análise dos dados obtidos durante a pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Valle e Ferreira (2025), ela é amplamente utilizada em pesquisas educacionais por permitir uma compreensão aprofundada dos dados qualitativos, auxiliando na identificação de categorias, sentidos e significados relacionados ao objeto de estudo.

Dessa forma, a análise de conteúdo auxiliou na interpretação das informações obtidas durante a observação das atividades desenvolvidas no CRAS, uma vez que permitiu compreender as contribuições das práticas socioeducativas tanto para os usuários atendidos quanto para a atuação pedagógica no contexto da educação não escolar.

3.1 Caracterização da Instituição Social

A prática pedagógica foi realizada em uma instituição social, unidade responsável pela oferta de serviços da Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As ações desenvolvidas pela instituição estão fundamentadas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que asseguram a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. (Brasil, 1993).

A instituição atende usuários residentes nas zonas urbana e rural do Município, com foco em famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Entre o público atendido encontram-se famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias de programas de transferência de renda, crianças e adolescentes em situação de risco social, idosos, gestantes, pessoas em situação de insegurança alimentar e demais membros da comunidade que necessitam de acompanhamento e orientação socioassistencial.

A unidade está localizada na zona urbana da cidade de Piripiri e funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 14h. Sua estrutura física dispõe de recepção, salas destinadas ao atendimento interdisciplinar e espaço amplo para a realização de eventos, oficinas e atividades coletivas.

A equipe é composta por 21 colaboradores de diferentes áreas, entre elas Pedagogia, Serviço Social e Psicologia, o que favorece a construção de ações integradas voltadas às demandas da população atendida. Além disso, a instituição possui acesso à internet, computadores compartilhados entre os profissionais e sistema informatizado para registro e acompanhamento dos serviços ofertados.

Entre os serviços executados pela unidade destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), considerado o principal serviço da Proteção Social Básica. A instituição social desenvolve o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a diferentes grupos etários, como crianças, adolescentes, mulheres, gestantes e idosos. Os grupos de convivência são organizados de acordo com as características e necessidades dos participantes, e suas atividades são planejadas pela equipe interdisciplinar, que define temas, metodologias e estratégias socioeducativas adequadas a cada público.

As principais ações desenvolvidas pela instituição incluem acolhimento e escuta qualificada dos usuários, atendimentos individuais e familiares, orientação sobre benefícios e programas sociais,

atualização e acompanhamento do Cadastro Único, encaminhamentos para a rede de serviços públicos, visitas domiciliares, campanhas educativas, palestras, oficinas temáticas e encontros dos grupos de convivência. Essas atividades têm como objetivo prevenir situações de risco social, promover o acesso aos direitos sociais e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

O atendimento aos usuários inicia-se por meio de triagem realizada na recepção da unidade, seguida do encaminhamento aos profissionais responsáveis por cada demanda. Além dos atendimentos realizados na instituição, a equipe desenvolve visitas domiciliares e ações externas para expandir o acompanhamento das famílias e da comunidade.

A atuação da instituição encontra-se respaldada na Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que versa a respeito do Estatuto da Pessoa Idosa, documentos oficiais que orientam a proteção e a garantia de direitos dos públicos atendidos. (Brasil, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 2003).

Nesse contexto, a pedagoga integra a equipe interdisciplinar e exerce papel relevante na elaboração e execução de ações educativas. Sua atuação envolve o planejamento de atividades socioeducativas, o acompanhamento dos grupos de convivência e o desenvolvimento de estratégias voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento humano dos usuários atendidos pela instituição.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Relato de Experiência

A experiência foi desenvolvida na instituição social por meio da disciplina Pedagogia nos Espaços Não Escolares ofertada pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí Campus Piripiri. A prática pedagógica ocorreu no período de abril a junho de 2026, sob orientação da professora responsável pela disciplina e supervisão da pedagoga da instituição.

A atividade foi organizada em duas etapas: observação e prática. Durante a fase de observação, foi possível relacionar os conhecimentos teóricos discutidos em sala de aula com a realidade do espaço não escolar. Nesse período, foram acompanhadas atividades como o atendimento aos usuários, os relatos de visitas domiciliares e a organização administrativa da instituição, possibilitando uma compreensão mais ampla das ações desenvolvidas pela instituição e do papel do pedagogo nesse contexto.

A etapa prática foi planejada em conjunto com a pedagoga e a equipe multiprofissional da unidade, que direcionaram a intervenção para o grupo de idosos da zona rural do município. Após o alinhamento da proposta, foi definida a realização de uma atividade relacionada ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e

à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio. A ação foi realizada no dia 22 de maio de 2026.

Esse dia é instituído por Lei em memória de Araceli Crespo, criança de oito anos vítima de sequestro, violência sexual e assassinato em 18 de maio de 1973. A data é um marco na mobilização social em defesa dos direitos da infância e da adolescência e no enfrentamento à violência sexual contra esse público. (Brasil, 2023).

O dia 18 de maio marca, há 26 anos, a mobilização nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Instituída pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000, a data representa um importante instrumento de conscientização e defesa dos direitos da infância e da adolescência. Em 2026, a campanha Faça Bonito, oficializada pela Resolução nº 236/2023 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), reafirma o compromisso com a proteção infanto-juvenil. (Brasil, 2026).

Representada pela flor amarela e laranja, símbolo do cuidado e do desenvolvimento saudável, a iniciativa promove ações educativas, debates, oficinas, caminhadas e atividades culturais voltadas à prevenção da violência, ao acolhimento das vítimas e à responsabilização dos agressores. Além disso, destaca a importância do fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com ênfase na aplicação da Lei nº 13.431/2017 e na atualização do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. (Brasil, 2026).

A campanha também evidencia os desafios relacionados à proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais. Nesse contexto, a Lei nº 15.211/2025, que instituiu o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), estabelece medidas de segurança e proteção integral no uso de tecnologias e plataformas digitais, visando prevenir violências e garantir os direitos desse público no ambiente virtual. (Brasil, 2026).

A atividade consistiu em uma roda de conversa, proporcionando aos participantes um espaço de diálogo, reflexão e troca de experiências sobre o tema. O grupo era composto por 11 participantes, entre homens e mulheres. Inicialmente, foram apresentadas informações sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, abordando aspectos relacionados à prevenção, à identificação de situações de risco e aos meios de denúncia.

Além da exposição dialogada, foi realizada uma dinâmica interativa baseada em situações hipotéticas de possíveis casos de abuso. Os participantes utilizaram as cores do “Semáforo do Toque” para identificar comportamentos adequados, inadequados e de alerta, favorecendo a compreensão do conteúdo

de forma lúdica e participativa. Ao final da atividade, foram distribuídos panfletos informativos contendo orientações e informações relevantes sobre o tema trabalhado, conforme figuras 1 e 2.

Figura 1 – Prática Pedagógica realizada em Piripiri em alusão ao dia 18 de maio



Fonte: Dados da pesquisa (2026). Em **(A)** têm-se as acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia fazendo a explanação sobre o “Semáforo do Toque” e em **(B)** o folder explicativo sobre o conteúdo da explanação sobre o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Figura 2 – Prática Pedagógica realizada em Piripiri em alusão ao dia 18 de maio

Como denunciar?

- Conselho Tutelar / CRAS
- Delegacias
- Polícia Militar
- Polícia Rodoviária Federal



Canal gratuito e sigiloso para denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

Proteger é um Dever de Todos



Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

"Esquecer é permitir, cuidar é prevenir."

Por que lembrar do dia 18 de Maio?

No dia 18 de Maio recordamos o "Caso Araceli", uma menina de 8 anos que foi vítima de uma violência cruel em 1973. O objetivo deste dia não é apenas lembrar a dor, mas garantir que nenhuma outra criança passe por isso.

Sinais de Alerta

O que observar?

Crianças e adolescentes não conseguem expressar a violência por meio de palavras. Fique atento as mudanças de comportamento: Medo excessivo de certas pessoas; Tristeza constante ou isolamento; Queda no rendimento escolar; Silêncio excessivo ou agressividade.

O que é abuso sexual?

É qualquer ato ou tentativa de ato sexual realizado com uma criança ou adolescente, usando força, ameaça, manipulação ou confiança.

O que é exploração sexual?

É quando crianças ou adolescentes são usados para obter lucro, dinheiro ou vantagens, inclusive pela internet e redes sociais.

Como prevenir?

- Converse com as crianças sobre respeito ao corpo;
- Ensine que ninguém pode tocar em partes íntimas;
- Acompanhe amizades e redes sociais;
- Escute a criança sem julgamentos;
- Denuncie qualquer suspeita.





O que fazer no sinal Amarelo e Vermelho?

- A culpa NUNCA é sua.
- Diga NÃO e saia de perto.
- Conte para um adulto de confiança (sua mãe, seu pai, um professor, uma tia da escola ou um médico).
- Não guarde segredo! Quem ama de verdade vai ouvir e proteger.

Fonte: Elaborado por Alves e Santos (2026).

Para avaliar a ação desenvolvida, os participantes responderam a um questionário composto por quatro perguntas, abordando aspectos como a qualidade da apresentação, os sentimentos despertados durante a atividade, a avaliação da atuação dos organizadores e a relevância do tema para a comunidade. Os resultados evidenciaram uma boa aceitação da atividade e demonstraram a importância de ações educativas voltadas à conscientização e à prevenção da violência contra crianças e adolescentes em espaços não escolares.

5. CONCLUSÃO

A experiência desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) apresentou grande relevância para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de Licenciatura em Pedagogia. A vivência possibilitou compreender que a atuação do pedagogo ultrapassa os limites da sala de aula, alcançando diversos espaços educativos que exercem importante função social. Nesse contexto, o CRAS se destaca por promover ações voltadas ao atendimento e à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a garantia de direitos e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A prática realizada proporcionou uma compreensão mais ampla acerca da Pedagogia e das diferentes áreas de atuação do profissional pedagogo. As atividades desenvolvidas evidenciaram que a educação está presente em diversos contextos sociais e que o trabalho pedagógico possui papel fundamental na formação cidadã e na promoção da inclusão social.

Um dos principais desafios enfrentados pelo pedagogo na assistência social relaciona-se ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Questões como pobreza, violência, exclusão social e fragilidade dos vínculos familiares exigem sensibilidade, compromisso ético e capacidade de elaborar ações educativas voltadas à proteção social e ao fortalecimento dos sujeitos atendidos. A experiência no CRAS permitiu reconhecer a importância dessa atuação e sua contribuição para a transformação da realidade social.

Este trabalho teve como objetivo apresentar a experiência vivenciada pelos estudantes de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí durante o período de desenvolvimento da atividade em espaços não escolares, destacando os conhecimentos construídos, as práticas realizadas e os desafios encontrados ao longo do percurso formativo.

A etapa de observação constituiu um momento significativo para a articulação entre teoria e prática. As experiências acompanhadas permitiram compreender o funcionamento da instituição, as atribuições dos

profissionais e as demandas apresentadas pelos usuários. Esses conhecimentos contribuíram para ampliar a visão sobre a atuação pedagógica e fortaleceram a formação acadêmica.

A prática pedagógica propiciou o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, à organização de atividades, à comunicação com o público e à condução de ações educativas. Além disso, viabilizou a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a graduação, reforçando a importância da intervenção pedagógica em contextos sociais diversos.

Por fim, a prática pedagógica em espaço não escolar contribuiu para aproximar os conteúdos estudados na universidade da realidade profissional, proporcionando experiências que estimularam a reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Dessa forma, a vivência no CRAS representou uma oportunidade de aprendizagem, que contemplou a formação dos futuros pedagogos e a compreensão sobre o compromisso social da educação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Campanha Faça Bonito mobiliza país pelo enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2026/maio/campanha-faca-bonito-mobiliza-pais-pelo-enfrentamento-a-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Resolução do Conanda estabelece flor amarela e laranja como símbolos oficiais do Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/resolucao-do-conanda-estabelece-flor->

amarela-e-laranja-como-simbolos-oficiais-do-enfrentamento-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes. Acesso em: 30 jun. 2026.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. In: SILVA, R. et al. (org.). **Pedagogia Social: contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011, p. 236-259. Disponível em: <https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2022/10/caliman-2011-contribuicoes-teoria-geral-psod.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2026.

CARVALHO, S. C.; SILVA, F. G. O. Apontamentos sobre os espaços sócio-ocupacionais da Pedagogia não escolar. **Horizontes**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e020032, 2020. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/889>. Acesso em: 30 jun. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1987.

GENTIL, H. S.; COSTA, M. O. Continuidades e discontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicações na prática pedagógica docente. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 267-287, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOCHHANN, A. **Pedagogia em espaços não-escolares: uma discussão à luz do trabalho pedagógico**. Goiânia: Kelps, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxxQgnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2026.

MONTEIRO, A. L.; COSTA, A. R. L. O Pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. **Revista Eletrônica ACTA SAPIENTIA**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://actasapientia.com.br/index.php/acsa/article/view/20>. Acesso em: 30 jun. 2026.

MÜLLER, Verônica Regina; RODRIGUES, Paulo Roberto. *Pedagogia Social*. Curitiba: CRV, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2026.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2026.

RODRIGUES, V. E. R.; OLIVEIRA, C. M. A. O perfil do pedagogo social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/81577>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SCHMITZ, T. Repensando a educação e a pedagogia no Brasil: limites, tensionamentos e possibilidades. In: CUNHA, A. L. *et al.* **Pedagogia e ambientes não escolares**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SOUZA, M. A. S. O lugar da educação não escolar nos currículos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 262, 680-706. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/pmD6NgGZYrKrJvLkQfGKqdf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2026.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. L. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **SciELO Preprints**, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>. Acesso em: 3 jun. 2026.